

CHOQUE VEM MAIS CEDO

A possibilidade de uma hiperinflação a partir deste mês poderá antecipar o congelamento de preços e salários. Mas o governo nega oficialmente.

As autoridades econômicas negam a existência de um novo plano para congelar os preços. E têm até argumentos para refutar qualquer especulação neste sentido. Mas a verdade é que uma nova versão do Plano Cruzado deve mesmo acontecer, e muito rápido, asseguram fontes, da área econômica do governo — apesar das explicações, por exemplo, do porta-voz do Palácio do Planalto, Frotá Neto, garantindo que essa decisão não seria nada recomendável diante da atual conjuntura econômica do País.

É a própria conjuntura do País, porém, que deve precipitar o novo choque heterodoxo, que deve ser feito, segundo entende o presidente Sarney, se houver um amplo entendimento nacional para o Plano não cair no descrédito. E foi exatamente para se inspirar em formas de se promover esse entendimento que Sarney enviou o ministro do Trabalho, Almir Pazzanotto, à Argentina no mês passado. Mas Pazzanotto descobriu, e explicou ao presidente, que não dá para copiar: o Brasil terá de procurar uma fórmula própria.

Essa fórmula tem de ser preparada logo: a expectativa do governo é de que a inflação de abril deva chegar entre 17% e 18% e que índice parecido pode ser repetido em maio, deflagrando um processo hiperinflacionário. É este quadro que está levando o governo a considerar a hipótese de antecipar o choque, com o congelamento de preços e salários, conforme, aliás, previa o Plano Cruzado.

Uma bem situada fonte da área econômica disse ontem que a deflagração do novo choque heterodoxo está na dependência do realinhamento dos preços dos combustíveis, da energia elétrica, do aço e de alguns produtos da química fina, o que poderá ser feito pelo governo nos próximos dias.

Restaria apenas a questão salarial, que poderia ser contornada pelo governo com a decretação de um abono diferenciado, de tal forma a alinhar todos os salários, tendo como referencial dia primeiro de junho. O desalinhamento reflete a aplicação do gatilho sobre as categorias que têm diferentes datas-base.

O Medo da inflação

Observou informante que a inflação galopante está assustando o governo, lembrando que foi a taxa então recorde de fevereiro do ano passado, aliada à necessidade de contornar a crise política criada pela reforma ministerial, que levou o presidente Sarney a antecipar a deflagração do Plano Cruzado, inicialmente prevista para junho. Essas condições — inflação explosiva e crise política motivada pela reforma ministerial — repetem-se hoje.

Trabalhando inicialmente com uma taxa inflacionária de 14% para o mês de abril, após poucos o governo foi se convencendo de que estava no caminho da novo recorde, em virtude da pressão combinada de reajustes concentrados de um grande número de itens com peso importante no cálculo da inflação.

Esses reajustes foram determinados pelo então ministro da Fazenda Dilson Funaro, com o propósito de apressar o realinhamento dos preços e, consequentemente, deflagrar novo plano heterodoxo que estava sendo cuidadosamente elaborado por sua assessoria.

De acordo com o informante, praticamente todos os produtos estão com seus preços realinhados, sobretudo a partir da vigência da nova política de liberação. Há, na verdade, conforme o informante, um sobrepreço expresso na forma do tabelamento generalizado, elaborado justamente para esperar o congelamento.

Tanto o comércio como a indústria passaram a trabalhar com base em tabelas, refletindo preços duas vezes mais elevados. Contudo, uma negociação entre comprador e vendedor reduz o preço ao patamar real através da figura do desconto, que volta à cena econômica.

Congelar seria danoso

Oficialmente, porém, o governo nega a possibilidade do congelamento com veemência. O porta-voz do Palácio do Planalto, Frotá Neto, argumenta que uma política destas não pode ser aplicada com déficit público elevado, preços desalinhados e com baixo nível de reservas externas.

Segundo Frotá Neto, o trabalho que vem sendo promovido pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, não prevê um recongelamento dos preços. O ministro vem trabalhando num plano de ação do governo, um programa de metas visando a garantir o crescimento econômico do País no curto e no médio prazos.

O novo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, também descartou qualquer possibilidade de o governo promover um novo congelamento, como uma alternativa de evitar a explosão inflacionária. Indagado se o choque viria dentro de 30 dias, ele respondeu: "Não há a menor hipótese de choque. Não sei se virá choque em data nenhuma. Seguramente, não haverá choque num prazo previsível e curto". Disse, ainda, que sem resolver o problema do déficit público, qualquer choque econômico não daria resultado.

O presidente Sarney, entretanto, acha que o choque econômico dará certo. Desde que haja um amplo entendimento nacional neste sentido. E a iniciativa para conseguir obter este entendimento será, mais uma vez, tomada pelo governo, tendo à frente o próprio presidente Sarney, o ministro Almir Pazzanotto, do Trabalho, e o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Segundo informações apuradas no Palácio do Planalto, o presidente Sarney está convencido de que a questão da credibilidade é fundamental para o êxito de um novo choque heterodoxo na economia, daí condicioná-lo à realização de um pacto social.

Comissão ouve Funaro

A Comissão Especial do Senado que investiga a dívida externa receberá hoje seu primeiro depoente, o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Ontem, a comissão revelou os nomes dos demais depoentes que poderão ser convocados: deputado Delfim Netto, Ermâne Galveas, Carlos Langoni, Nestor Jost, Mário Simonsen, deputado Francisco Dorneles, Reis Velloso, ministro Celso Furtado, Paulo Nogueira Batista, Antônio de Pádua Seixas, senador Severo Gomes, Alexandre Katka, Décio Garcia Munhoz, Fernão Bracher e os embaixadores Saráiva Guerreiro, Botafogo Gonçalves e Álvaro Gurgel de Alencar. O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e o novo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, serão ouvidos informalmente pela comissão na próxima semana, mas seus depoimentos formais não acontecerão antes do fim do mês de junho.

